

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
VÍDEO MONITORAMENTO****1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

2. ÁREA DEMANDANTE

Local / Departamento	Responsável
SMFDS	DANIEL ALEXANDRE STAICHAKA
SMA	SERGIO LUCAS AVILLA DA SILVA
SMS	THAIS REGINA CAETANO PINTO
FASPG	LUMIANI NISKI
SMESP	ADMILSON APARECIDO ANHAIA
SMMA	OLMIRO RAMÃO BIANCHINI FILHO
SMSP	JOCIANE TABORDA DOS SANTOS

3. OBJETO:

Serviço de videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração, para serem utilizados pelos Departamentos, Secretarias e Fundações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

3.1 Especificação técnica do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Video monitoramento	Locação de sistema de videotelemetria veicular (comodato), com gestão de imagens e dados de condução via software. Inclui instalação, manutenção preventiva/corretiva e licenciamento de plataforma de gestão de frota, visando segurança jurídica, economia operacional e controle de conduta de acordo com a LGPD	und	438

3.2 Descrição detalhada da necessidade:

3.2.1. Especificações do Hardware e Conectividade

Tecnologia de Transmissão: O sistema deve operar prioritariamente via rede de dados digital GSM/GPRS, com suporte a tecnologias de ponta como 4G, garantindo a visualização de eventos em tempo real via plataforma web.

Capacidade de Vídeo: O equipamento (DVR Veicular ou dispositivo de videotelemetria) deve possuir câmeras internas e externas para filmagem simultânea e registro do trajeto e comportamento do condutor.

Armazenamento Inteligente: O hardware deve ser capaz de registrar conteúdo contínuo (mínimo de 30 horas) com o veículo ligado, realizando a substituição automática de registros antigos para garantir a atualização dos dados.

Conectividade Adicional: Deve permitir configuração de rede Wi-Fi para otimização da transmissão de dados em áreas de baixa cobertura móvel ou em pátios administrativos.

3.2.2. Funcionalidades da Plataforma de Software

Telemetria Avançada: Monitoramento de ignição, velocidade, frenagens bruscas, acelerações e curvas inadequadas, com geração de alertas em tempo real e rankings de infrações.

Identificação do Condutor: O sistema deve oferecer métodos automatizados para identificação de quem está ao volante, seja por reconhecimento facial via inteligência artificial ou cartões de identificação, vinculando automaticamente o condutor às infrações e utilizações.

Gestão de Áreas e Rotas: Capacidade de criação ilimitada de cercas eletrônicas (áreas de controle) com alertas de entrada/saída, além de ferramentas para reconstrução de rotas percorridas.

Módulos de Gestão Integrada: A plataforma deve disponibilizar dashboards para controle de combustível (consumo médio e custos), gestão de manutenção (planos preventivos e corretivos) e indicadores de rodagem (tempo ligado vs. Ocioso).

3.2.3. Proteção de Dados, Segurança Jurídica e Benefícios Sociais

Conformidade com a LGPD: Toda a gestão de imagens e dados coletados deve observar estritamente a Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo o sigilo, a criptografia e o controle de acesso às informações sensíveis.

Segurança Jurídica do Servidor: O registro em vídeo e dados de telemetria servirá como salvaguarda jurídica para o servidor público, fornecendo provas materiais em caso de acidentes de trânsito ou falsas acusações, assegurando a imparcialidade na análise de eventos.

Bom Uso do Patrimônio: O monitoramento contínuo visa coibir desvios de finalidade dos veículos oficiais, promovendo a ética e o decoro no serviço público através da auditoria de conduta e rotas.

Benefício ao Município: A otimização da frota resulta em serviços públicos mais ágeis e econômicos, com a redução de gastos municipais e a garantia de que os recursos (veículos e combustível) sejam aplicados exclusivamente no atendimento à comunidade.

3.2.4. Suporte e Manutenção

Regime de Comodato: O fornecimento de hardware deve ocorrer sem custos de aquisição inicial para o município, incluindo a instalação técnica e desinstalação sem ônus adicional.

Manutenção Integral: A contratada deve garantir a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com deslocamento técnico e substituição de dispositivos defeituosos para assegurar a continuidade do serviço.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A definição dos quantitativos foi estabelecida com base no levantamento de necessidades das Secretarias demandantes, formalizadas via Documento de Formalização de Demanda (DFD) após a emissão do Aviso de Intenção de Compras.

4.1. Metodologia e Reserva Técnica O cálculo reflete a demanda imediata das unidades administrativas, acrescida de uma margem de reserva de 10% (dez por cento). Esta reserva técnica justifica-se pela modalidade de Registro de Preços, visando garantir a escalabilidade do contrato para atender a expansões de frota, substituições de veículos ou necessidades supervenientes não previstas no levantamento inicial, assegurando a continuidade administrativa sem interrupções operacionais.

4.2. Quadro Resumo As quantidades demandadas, que englobam o hardware em comodato, o licenciamento do software,, estão detalhadas na tabela de itens deste processo, observando o teto máximo estimado para o período de vigência da Ata.

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	SMS	SMA	SMESP	SMSP	SMMA	FASPG	SMFDS	TOTAL	RESERVA 10%	TOTAL GERAL
1	videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração.	und	167	50	5	87	10	50	30	399	39	438

5. LOCAIS DE ENTREGA E/OU DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços de instalação técnica, manutenção e suporte ocorrerá de forma descentralizada, diretamente nas sedes das Secretarias e Fundações demandantes da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR ou em locais por elas designados.

5.1. Logística e Acompanhamento As execuções deverão ser realizadas mediante agendamento prévio, respeitando o cronograma e a conveniência de cada unidade administrativa, de modo a garantir o funcionamento contínuo das atividades rotineiras e a disponibilidade da frota. Todo o procedimento de instalação e manutenção deverá ser obrigatoriamente acompanhado pelo gestor do contrato ou por um dos fiscais indicados por cada secretaria, que validará a conformidade dos serviços prestados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado consistiu na prospecção de soluções de monitoramento e gestão de frotas que integram captura de vídeo e telemetria por sensores. A análise demonstra que a convergência dessas tecnologias é a solução que melhor atende à administração pública, pois substitui o rastreamento passivo por uma gestão ativa, capaz de gerar dados para tomada de decisão e evidências para segurança jurídica.

6.1. Especificações Técnicas e Conectividade do Hardware A solução identificada como ideal opera com dispositivos de videotelemetria instalados em regime de comodato. Estes equipamentos possuem câmeras integradas (visão interna e externa) e processamento capaz de identificar comportamentos de risco. A transmissão de dados deve ocorrer de forma híbrida, utilizando redes móveis (4G/GPRS) para atualizações em tempo real e conectividade Wi-Fi para descarregamento de grandes volumes de vídeo em pátios administrativos. Este modelo garante que a Administração não sofra com a obsolescência tecnológica, pois a manutenção e atualização dos ativos ficam a cargo da futura contratada.

6.2. Gestão por Inteligência Artificial e Proteção de Dados (LGPD) O sistema utiliza Inteligência Artificial para correlacionar dados de condução (excesso de velocidade, frenagens e acelerações bruscas) com imagens do momento do evento. A identificação do condutor é feita de forma automatizada, garantindo a rastreabilidade do uso do patrimônio. No tocante à conformidade legal, a solução prevê a proteção de dados sensíveis conforme a LGPD, com níveis de acesso restritos e criptografia, assegurando que as imagens sirvam exclusivamente para fins de auditoria, segurança e melhoria do serviço público, sem ferir a privacidade dos agentes.

6.3. Segurança Jurídica do Servidor e Eficiência para o Município A presença de câmeras e sensores de telemetria atua como uma ferramenta de segurança jurídica, fornecendo provas materiais objetivas que protegem o servidor público em casos de acidentes ou denúncias infundadas. Para o cidadão, o benefício é direto: a fiscalização do bom uso dos veículos inibe desvios de finalidade e assegura que a frota municipal seja utilizada com urbanidade e foco no atendimento das demandas sociais. A transparência gerada por esses dados reforça o compromisso da Prefeitura com a ética e a responsabilidade administrativa.

6.4. Análise de Economicidade e Gestão de Custos (TCO) Sob o aspecto financeiro, a solução apresenta alta economicidade ao integrar módulos de gestão de combustível e manutenção. Através do monitoramento do Total Cost of Ownership (TCO), é possível identificar veículos com custo de operação acima da média e corrigir vícios de condução que elevam o gasto público. O modelo de pagamento por mensalidade global (serviço) mostra-se superior à aquisição direta de equipamentos, pois inclui instalação, desinstalação e suporte técnico contínuo, garantindo a previsibilidade orçamentária e a máxima disponibilidade da frota.

7. MAPA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QTD	PNCP contrato n°123/2025 Nova Petropolis-RS	UNITRAC	GOLFLEET	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO	VALOR MÁXIMO DA ARP
1	videomonitoramento veicular em regime de comodato de hardware, compreendendo a instalação técnica, manutenção	und	438	R\$ 182,00	R\$ 192,50	R\$ 168,75	R\$ 181,08	R\$ 79.313,04	R\$ 951.756,48

preventiva e corretiva dos equipamentos, e licenciamento de plataforma de software para gestão de imagens e dados, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme a necessidade e o interesse da Administração.								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 951.756,48 (novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos)

9. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviço de vídeo monitoramento veicular, enquadra-se como SERVIÇO COMUM. A entrega será nos endereços e quantidades informadas, atendendo as especificações apresentadas, substituindo produtos que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preço e nas determinações definidas. Utilizar-se de profissionais devidamente habilitados e capacitados.

Assumir os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita entrega do produto/serviço contratado. A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A empresa deverá fornecer/executar os produtos/serviços conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados.

9.1. Natureza da contratação

Trata-se de fornecimento de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

9.2 Duração inicial da Ata:

A duração inicial será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Relevância dos requisitos estipulados:

A contratação nos presentes termos, atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR no que tange às exigências.

9.4 Exigências para habilitação técnica:

9.4.1 Exigências a serem definidas quando necessário para contratação do objeto.

a) alvará de funcionamento emitido pela Administração Municipal da sede da licitante com validade vigente.

b) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e prestação de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório.

c) registro ou inscrição na entidade profissional competente;

d) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação;

e) apresentar o manual / ficha técnica / catálogo técnico do produto ofertado para análise das especificações técnicas, compatibilidade, desempenho e averiguação da qualidade e adequação técnica conforme as exigências do edital.

9.5 Critérios de sustentabilidade

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal de 1988).

Decreto Municipal nº 11.328/2016:

Art. 3º Fica criado Programa de Compras Públicas Sustentáveis com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental nas compras e licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis no âmbito do Município.

Parágrafo único – Para execução do Programa ficam instituídas as compras sustentáveis para os seguintes produtos: equipamentos eletroeletrônicos, componentes de hardware para videomonitoramento e serviços de tecnologia da informação.

(...)

Art. 6º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - V – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - VII – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- (....)

Deve garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, sempre que a natureza técnica dos componentes eletrônicos assim permitir. Garantir que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

9.6 Principais normativos que disciplinam o objeto a ser contratado

Constituição Federal de 1988;

Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);

Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB);

Lei Federal nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet);

Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
Decreto Municipal nº 21.500/2023 (Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no Município de Ponta Grossa);
Decreto Municipal nº 21.463/2023 (Dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços no Município de Ponta Grossa);
Decreto Municipal nº 11.328/2016 (Programa de Compras Públicas Sustentáveis);
Resoluções do CONTRAN aplicáveis à instalação de equipamentos e acessórios em veículos oficiais;
Resoluções da ANATEL relativas aos módulos de comunicação e transmissão de dados sem fio;
Normas Técnicas ABNT (NBR ISO/IEC 27001 e correlatas) para segurança da informação e armazenamento de dados.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de videomonitoramento veicular, em regime de comodato de hardware (incluindo câmeras, DVRs veiculares e periféricos), com instalação técnica, manutenção corretiva e preventiva, além do licenciamento de plataforma de software para videotelemetria e gestão de imagens em tempo real, para atender a demanda da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

A solução proposta é para garantir a continuidade e adequabilidade das atividades inerentes ao Município, oferecendo uma ferramenta tecnológica capaz de aumentar a segurança dos servidores e usuários do transporte público/oficial, prevenir atos de vandalismo e furtos, além de permitir uma gestão eficiente da frota através do monitoramento de comportamento de direção e geolocalização.

Sugerimos a adoção da licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto que não possibilita definir previamente o quantitativo exato a ser demandado por cada secretaria durante a vigência da Ata, permitindo que as unidades requisitantes realizem as instalações conforme a disponibilidade orçamentária e a renovação/expansão de suas frotas.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em exame da natureza dos serviços e equipamentos que se pretende contratar, optou-se pelo NÃO PARCELAMENTO da solução dentro de um mesmo veículo (agrupamento em lote único para o kit de monitoramento), embora a execução seja parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços conforme a demanda das Secretarias.

A justificativa para a indivisibilidade da solução (hardware em comodato, software de gestão, instalação e manutenção) pauta-se na necessidade de responsabilidade única pela funcionalidade do sistema. A separação entre o fornecedor do equipamento e o prestador do serviço de monitoramento/manutenção poderia gerar conflitos técnicos e lacunas de responsabilidade em caso de falhas, comprometendo a continuidade do serviço e a integridade dos dados de segurança pública e administrativa.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Abaixo segue o alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 de todas as secretarias demandantes, divididas entre aquelas que possuem previsão e as que apresentaram justificativa para a contratação superveniente:

ÓRGÃOS COM PREVISÃO NO PCA 2026:

Secretaria Municipal de Saúde (SMS) / Fundação Municipal de Saúde:

Situação: HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Demanda PCA: N° 262/2026.

Justificativa da Demanda: Contratação de empresa de prestação de serviços para manter as atividades do órgão e/ou projetos, programas e ações por ele atendidas, seja na área administrativa, financeira, técnica, operacional entre outras.

Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP):

Situação: HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Demanda PCA: N° 395/2026.

Justificativa da Demanda: Contratação de empresa de prestação de serviços para manter as atividades do órgão e/ou projetos, programas e ações por ele atendidas, seja na área administrativa, financeira, técnica, operacional entre outras.

ÓRGÃOS SEM PREVISÃO NO PCA 2026 (DEMANDAS SUPERVENIENTES JUSTIFICADAS):

Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a ausência de previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, referente à contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, bem como a operacionalização de sistema integrado de videomonitoramento veicular, destinada ao atendimento da frota da FASPG.

Enquadramento Normativo: Nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual constitui instrumento de planejamento que visa racionalizar as contratações, promover eficiência administrativa e alinhar as aquisições aos objetivos estratégicos da entidade. Contudo, a própria Lei admite, de forma implícita, a realização de contratações não previstas no PCA, desde que devidamente motivadas, especialmente quando decorrentes de fatos supervenientes, necessidades imprevisíveis ou situações em que a postergação da contratação possa acarretar prejuízo à Administração.

Motivos da Ausência de Previsão no PCA: A contratação em questão não constou do PCA vigente em razão de circunstâncias supervenientes e devidamente justificáveis, dentre as quais se destacam:

- a identificação posterior à elaboração do PCA de riscos relevantes à segurança patrimonial e operacional da frota;

- a constatação de fragilidades nos mecanismos atuais de controle, rastreabilidade e fiscalização do uso dos veículos;
- o aumento da demanda por maior transparência, governança e eficiência na gestão da frota, alinhada às boas práticas de controle interno;
- a necessidade de adequação a recomendações de órgãos de controle e de fortalecimento dos mecanismos de prevenção a desvios e incidentes.

Tais fatores somente se tornaram plenamente evidentes após a consolidação do PCA, não sendo possível, à época, antever a urgência e a relevância da implementação de um sistema integrado de videomonitoramento veicular.

Natureza da Contratação e Impossibilidade de Postergação: A contratação possui natureza de serviço contínuo e especializado, essencial para: garantir a segurança dos veículos, servidores e usuários; assegurar o adequado uso do patrimônio público; produzir informações confiáveis para a tomada de decisão administrativa; mitigar riscos operacionais e institucionais. A postergação da contratação para inclusão em PCA subsequente poderia acarretar prejuízos à Administração, tais como a manutenção de vulnerabilidades, aumento do risco de danos ao erário e comprometimento da eficiência administrativa.

Compatibilidade com o Planejamento Institucional: Apesar de não constar formalmente no PCA, a contratação: está alinhada aos objetivos estratégicos da FASPG; atende ao interesse público; é compatível com a disponibilidade orçamentária; observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que a ausência de previsão no PCA não afasta a legalidade da contratação, desde que devidamente motivada e formalizada, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

Medidas de Mitigação e Regularização: Como medida de aprimoramento do planejamento, a FASPG compromete-se a: registrar a contratação nos instrumentos internos de planejamento; avaliar a inclusão de demandas semelhantes nos próximos ciclos do PCA; fortalecer os mecanismos de governança e gestão de contratações.

Conclusão: Diante do exposto, resta devidamente justificada a ausência de previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, considerando tratar-se de demanda superveniente, relevante e imprescindível ao atendimento do interesse público, cuja postergação poderia ocasionar prejuízos à FASPG. Assim, entende-se plenamente regular e juridicamente admissível o prosseguimento da contratação, desde que observados os demais requisitos legais e procedimentais previstos na Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não constou originalmente no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A necessidade foi identificada posteriormente, a partir da divulgação da Intenção de Registro de Preços para contratação de serviço de videomonitoramento veicular, oportunidade em que esta Secretaria verificou a relevância da solução para apoiar as atividades realizadas pelas equipes de fiscalização ambiental. Considerando que os servidores da fiscalização ambiental realizam atividades externas e estão expostos a situações que demandam maior segurança e controle das ações desenvolvidas em campo, a implantação do sistema de videomonitoramento veicular foi considerada importante para aprimorar a segurança institucional e a transparência das atividades de fiscalização. Dessa forma, justifica-se a inclusão da presente demanda, ainda que não prevista inicialmente no PCA 2026.

Secretaria Municipal de Administração (SMA):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A inclusão desta demanda no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, embora não prevista inicialmente, justifica-se pelos seguintes motivos:

- Otimização de Recursos: Identificou-se a necessidade imediata de ferramentas que permitam maior controle sobre o consumo de combustível e custos de manutenção, visando a economicidade dos gastos públicos.
- Segurança e Transparência: O sistema oferece proteção jurídica ao Município e segurança aos servidores, servindo como prova material em incidentes de trânsito e garantindo o uso estritamente oficial dos veículos.
- Interesse Público Superveniente: A dinâmica da gestão de frotas e o aumento de sinistros recentes exigem uma atualização tecnológica que não pode ser adiada para o próximo ciclo orçamentário, sob risco de prejuízo ao erário.
- Amparo Legal: A legislação permite a atualização do planejamento anual (PCA) sempre que houver necessidade fundamentada de melhoria na governança e na fiscalização do patrimônio público.

Secretaria Municipal de Esportes (SMESP):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não está no PCA da Secretaria Municipal de Esportes para o exercício de 2026 em razão de, num primeiro momento, não ter sido identificada a necessidade institucional de monitoramento veicular. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas por esta Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de câmeras veiculares como instrumento de segurança, transparência administrativa, preservação do patrimônio público e mitigação de riscos, o que fundamenta a presente contratação superveniente.

Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social (SMFDS):

Situação: NÃO HÁ PREVISÃO no Plano de Contratação Anual 2026.

Justificativa: A presente demanda não constou no Plano de Contratação Anual da SMFDS para o exercício de 2026 em razão de, à época de sua elaboração, não ter sido identificada a necessidade institucional de monitoramento veicular. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas pela Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de câmeras veiculares como instrumento de segurança, transparência administrativa, preservação do patrimônio público e mitigação de riscos, o que fundamenta a presente contratação superveniente.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de videomonitoramento veicular, operando sob o regime de comodato de hardware e licenciamento de plataforma de software, visa estabelecer um novo paradigma de gestão, controle e segurança para a frota da Administração Direta e Indireta do Município de Ponta Grossa. O resultado primordial esperado é a transmutação da gestão de ativos móveis, migrando de um modelo de controle meramente burocrático para uma governança tecnológica ativa, capaz de responder em tempo real às complexidades do serviço público urbano.

Sob a ótica da economicidade e eficiência, a implementação da videotelemetria busca

gerar um impacto direto e mensurável na redução de gastos públicos. Através do monitoramento do comportamento de direção, é possível mitigar custos com manutenção corretiva precoce e reduzir drasticamente o consumo de combustível, combatendo desperdícios e garantindo que cada quilômetro rodado esteja estritamente vinculado ao cumprimento das metas institucionais de cada Secretaria. A solução pretende, portanto, sanar lacunas de fiscalização que, historicamente, oneram o erário municipal.

No que tange à segurança e integridade, os resultados transcendem a mera proteção do patrimônio físico. Pretende-se instituir um ambiente de trabalho mais seguro para os servidores municipais, que muitas vezes desempenham funções externas em áreas de risco ou em situações de conflito. As imagens e dados coletados servirão como um robusto instrumento de proteção jurídica tanto para o Município quanto para o agente público, funcionando como prova inquestionável em casos de incidentes de trânsito, infrações ou falsas acusações, garantindo a ampla defesa e a verdade real dos fatos.

Ademais, a transparência é um dos pilares centrais desta solução. O resultado pretendido é o fortalecimento da accountability (prestação de contas) perante a sociedade. Com a rastreabilidade ininterrupta e a identificação precisa de condutores, a Administração reafirma seu compromisso com a ética, inibindo o uso dos veículos para fins particulares e assegurando que os recursos móveis do município sejam utilizados com a máxima moralidade.

Em suma, a solução não é vista apenas como uma aquisição tecnológica, mas como um investimento estratégico em inteligência administrativa. O resultado final será uma gestão pública mais ágil, conectada e resiliente, onde a tecnologia de videomonitoramento atua como o braço direito da fiscalização, resultando em serviços de maior qualidade para a população e uma proteção rigorosa e inabalável do patrimônio pertencente a todos os cidadãos de Ponta Grossa.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DA ATA:

Serão necessárias providências prévias para a execução da solução.

Para que a implementação do sistema de videomonitoramento veicular atinja sua máxima eficiência e não encontre gargalos operacionais após a contratação, são identificadas providências indispensáveis que devem ser adotadas pela Administração antes da formalização da Ata de Registro de Preços. A transição para um modelo de gestão de frotas baseado em inteligência de dados e imagens exige um preparo prévio que vai além da simples disponibilização orçamentária, envolvendo a organização administrativa e técnica de todos os órgãos envolvidos.

Primeiramente, destaca-se como medida essencial a capacitação técnica dos gestores e fiscais designados. Conforme a Ordem de Serviço nº 10/2024 deste Município, a fiscalização de serviços contínuos com alta carga tecnológica demanda que o servidor público esteja familiarizado não apenas com as cláusulas contratuais, mas com as funcionalidades específicas da plataforma de software licenciada. Somente através de um treinamento adequado será possível extrair os dados de telemetria necessários para a tomada de decisões estratégicas e para o controle efetivo do comportamento de condução dos motoristas.

Além disso, é fundamental a realização de um levantamento técnico minucioso e atualizado da frota de cada Secretaria e Fundação participante. Essa providência garante que a empresa contratada tenha acesso a um cronograma de instalação preciso, identificando onde cada kit de hardware em comodato será alocado. Tal mapeamento prévio evita atrasos na execução do serviço e assegura que a solução seja instalada prioritariamente nos veículos de maior circulação ou naqueles expostos a maiores riscos patrimoniais e operacionais.

Outro ponto de extrema relevância é o estabelecimento de protocolos internos de governança de dados e segurança da informação, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Antes do início das atividades, a Administração deve definir claramente os níveis de hierarquia e acesso às imagens e áudios coletados, garantindo que o uso das gravações seja pautado exclusivamente pela finalidade pública, resguardando a privacidade dos servidores e o sigilo de operações sensíveis, como as de fiscalização ambiental e assistência social.

Por fim, cada unidade administrativa deve assegurar a adequação do ambiente tecnológico local, verificando se a infraestrutura de rede e os equipamentos de informática das secretarias são compatíveis com os requisitos mínimos do sistema de gestão. Estas providências, integradas, formam o alicerce necessário para que a solução de videomonitoramento não seja apenas uma aquisição de hardware, mas uma ferramenta de gestão ativa e ininterrupta, plenamente operacional desde o primeiro dia de vigência contratual.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação de serviços de videomonitoramento veicular é um imperativo legal e ético, fundamentado no Art. 225 da Constituição Federal e regulamentado, no âmbito local, pelo Decreto Municipal nº 11.328/2016. No contexto desta solução tecnológica, os principais impactos concentram-se no descarte de resíduos eletroeletrônicos e na gestão de embalagens. Por se tratar de uma contratação em regime de comodato, a estratégia de mitigação ambiental é naturalmente fortalecida, uma vez que a responsabilidade pelo ciclo de vida completo dos equipamentos permanece com a empresa contratada, facilitando a logística reversa.

Objetivando minimizar esses impactos, a contratada deverá observar rigorosamente os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e na Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG. É fundamental que os materiais e componentes eletrônicos ofertados sejam provenientes de fabricantes comprometidos com programas continuados de sustentabilidade e que possuam licenciamento ambiental regular. Os resíduos gerados tanto na fabricação quanto na manutenção dos dispositivos (como cabos, baterias e sensores) deverão ter destinação final ambientalmente adequada, evitando a contaminação de solo e recursos hídricos com metais pesados ou substâncias tóxicas.

Quanto ao acondicionamento dos bens, as licitantes deverão priorizar o uso de embalagens individuais de menor volume possível, constituídas por materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2. Em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), deve-se dar preferência a invólucros que utilizem papelão ou plásticos de base renovável (como o polietileno verde), reduzindo a pressão sobre os aterros sanitários e a extração de matérias-primas virgens.

Ademais, a execução dos serviços de instalação e manutenção deve adotar práticas que otimizem o consumo de recursos e reduzam a emissão de poluentes. Isso inclui desde a escolha de produtos atóxicos para a fixação dos equipamentos até a gestão eficiente dos deslocamentos das equipes técnicas. Ao final do ciclo de funcionamento ou com o encerramento do contrato, a destinação ambiental adequada de todo o hardware será monitorada pela Administração, assegurando que o Município de Ponta Grossa promova a modernização tecnológica sem comprometer a integridade do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA

Além das obrigações usuais é obrigação da CONTRATADA:

1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e outras obrigatórias pela legislação vigente;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata;

g) apresentar em todas as entregas, manuais do produto, indicação de garantia e demais informações relevantes de caráter informativo, se for o caso;

h) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas, entre a CONTRATADA e seus empregados;

i) efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

j) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares da sua área de atuação específica;

k) apresentar durante a execução da Ata, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho — DRT;

l) permitir e facilitar a fiscalização, a inspeção dos serviços a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;

m) viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto da presente Ata;

n) permitir pleno poder ao CONTRATANTE na supervisão, acompanhamento e controle do desempenho das atividades do objeto desta Ata.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A viabilidade deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é plenamente verificada pela necessidade imperativa de implementar o serviço de videomonitoramento veicular, visando manter, assegurar e aprimorar a execução de todas as atividades da administração direta e indireta do Município de Ponta Grossa/PR. Os custos da futura contratação estão alinhados com o planejamento estratégico do Município, considerando tanto as previsões diretas constantes no Plano de Contratações Anual (PCA 2026) quanto as inclusões supervenientes devidamente motivadas pelas secretarias participantes, estando, portanto, prevista a execução do serviço em conformidade com as dotações orçamentárias e as demandas formalizadas.

Com base na análise técnica das características dos bens e serviços necessários, bem como na avaliação das alternativas de mercado, conclui-se que a modelagem proposta — que integra o fornecimento de hardware em regime de comodato, licenciamento de software e prestação de serviço de conectividade — é a única opção cabível e mais vantajosa para a Administração. Esta escolha justifica-se por garantir a padronização tecnológica da frota, a responsabilidade técnica unificada e a proteção contra a obsolescência de equipamentos, o que resulta em maior eficiência operacional e economia de escala, revelando-se superior à aquisição isolada de ativos.

Portanto, considerando as informações, justificativas e evidências reunidas neste Estudo Técnico Preliminar, que demonstram o atendimento integral aos princípios da economicidade, eficiência e finalidade pública, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável e administrativamente recomendável, apresentando todos os requisitos necessários para o seu prosseguimento.

06 de abril de 2026

Assinado por:

Silvia Adriano Kuboski

06/04/2026 - 17:04

NEEMA0E1RIKSEXDCB30GKQ